

Trabalho produtivo e excedente

PAUL SINGER *

1. INTRODUÇÃO: SOBRE A RELEVÂNCIA DO PROBLEMA

Há certos conceitos básicos, usados em Economia, que são intuitivos. Entre estes estão os de trabalho produtivo e excedente. Parece óbvio que, em qualquer sociedade, uma parte da atividade dos seus membros se destina a satisfazer as necessidades tanto dos que a exercem como dos demais. Desta atividade, que denominamos “produtiva”, resultam valores de uso — isto é: bens e serviços — que se podem destinar:

1. a satisfazer necessidades individuais (ou de consumo) dos produtores;
2. idem dos não-produtores;
3. à reposição de elementos produtivos (instrumental, instalações, matérias-primas) gastos na produção corrente;
4. à adição de novos elementos produtivos aos que já estão em funcionamento;
5. à acumulação de estoques de meios de circulação (moeda-mercadoria) ou de bens de consumo.

Conforme a destinação, o produto do trabalho produtivo pode ser dividido em “necessário” e “excedente”. Não há dúvida de que a parte sob rubrica 1 integra o produto “necessário” e de que as partes sob rubricas 4 e 5 integram o produto “excedente”. Mas e a parte sob rubrica 2, que se destina ao consumo “improdutivo”? A primeira vista deve ser acrescida ao excedente, já que se trata de um consumo que, por definição, em nada afeta a atividade produtiva. Acontece, porém, que uma boa parte do consumo “improdutivo” pode ser *necessário*, de acordo com algumas conceituações algo restritivas do que seja trabalho produti-

* Paul Singer é professor da PUC-SP e pesquisador do CEBRAP.

vo. Para Marx, por exemplo, “no contador uma parte da força de trabalho da comunidade é retirada da produção e os custos de sua função não são repostos pelo seu próprio trabalho mas por uma dedução do produto comunal”.¹ Está claro que, na concepção de Marx, a contabilidade é, em si mesma, improdutivo. Não obstante, nenhum tipo de produção social, em que a atividade de muitos é combinada, pode funcionar sem que a divisão do trabalho esteja sujeita a certos controles, dos quais a contabilidade é elemento imprescindível. Esta consideração leva Marx a prever que “a contabilidade tornar-se-á tanto mais necessária, quanto mais o processo [de produção] for realizado em escada social. .”.²

A existência de trabalho improdutivo mas necessário cria um problema conceitual muito sério. É possível seguir Marx, por exemplo, e incluir todo produto consumido improdutivamente (rubrica 2) no excedente, parte do qual, no entanto, *sempre* (não importa o tipo de organização social da produção) terá que ser usado de modo improdutivo. Outro tipo de solução, adotado por exemplo por Baran, amplia o conceito de trabalho produtivo, nele incluindo toda atividade necessária e englobando no excedente parte do consumo dos trabalhadores produtivos. Neste caso “. . . os recursos usados para a manutenção de indivíduos que vivem do excedente econômico da sociedade, mas que realizam trabalho produtivo, como o definimos, não podem ser considerados como pertencentes ao fundo potencialmente disponível para propósitos de desenvolvimento econômico”.³ A posição de Baran é formalmente contraditória: se determinados trabalhos são considerados produtivos (Baran menciona “cientistas, médicos, artistas, professores e pessoas com profissões semelhantes às indicadas”,⁴ não há por que supor que quem os exerce “vive do excedente econômico”, se este, de acordo com a definição do mesmo autor, é constituído pela diferença entre o produto social potencial e o consumo indispensável.⁵ Obviamente, se cientistas, médicos, etc. participam do consumo indispensável — e é isso que sua inclusão entre os trabalhadores produtivos quer dizer — eles não podem viver do excedente. Quanto a isso, o próprio Baran não deixa lugar a dúvidas, quando aponta como uma das formas em que aparece o excedente “a produção que deixa de ser realizada face à existência de trabalhadores improdutivos”.⁶ Portanto, só trabalhadores improdutivos vivem do excedente. . . a não ser que haja um tipo especial de trabalhador “produtivo” que não contribui para o produto social mas cuja existência, sendo indispensável (mesmo numa sociedade “racio-

¹ MARX, K., *Das Kapital*, Parte II, Cap. 6, pág. 127.

² MARX, K., *Ibidem*, pág. 129.

³ BARAN, P., *A Economia Política do Crescimento*, pág. 47.

⁴ BARAN, P., *Ibidem*, pág. 46.

⁵ BARAN, P., *Ibidem*, pág. 35.

⁶ BARAN, P., *Ibidem*, pág. 36.

nalmente" organizada, do ponto de vista de Baran), os distingue também dos improdutivos.

Na verdade, a confusão de Baran se justifica face à inflexibilidade da dicotomia conceitual: trabalho produtivo—trabalho improdutivo, à qual corresponde uma divisão simples do produto em necessário e excedente. Examinando-se o modo como evoluiu a divisão do trabalho, sobretudo nas economias mais avançadas, parece claro que há várias espécies de trabalho que não são nem produtivas nem improdutivas, podendo se aproximar de um ou outro pólo em maior ou menor grau. Isso vai depender de como se conceituam "necessidades humanas" e principalmente como se as distinguem das necessidades do "sistema", considerando-se que estas últimas dão lugar a "faux frais" da produção, a "falsos custos" que, em tese, poderiam ser eliminados se a produção pudesse ser organizada em termos inteiramente racionais. O tema exige uma conceituação mais rica e flexível, quando se pensa em "faux frais" que, no entanto, não decorrem apenas do sistema vigente e até podem *aumentar* num sistema mais socializado, como seria o caso da contabilidade, de acordo com a análise de Marx, acima mencionada. Há boas razões para se distinguir um tipo de "faux frais" de outro, sobretudo se se deseja analisar o significado histórico da evolução mais recente da divisão do trabalho.

Se considerarmos agora a parte do produto que se destina à reposição dos elementos produtivos gastos (rubrica 3), seria preciso decidir se eles fazem parte integralmente do produto necessário ou se os elementos produtivos que se destinam à produção de bens ou serviços que *não* satisfazem necessidades humanas (como quer que estas sejam conceituadas) devem ser incluídos no excedente. Assim, se por exemplo se considera que a atividade militar não é produtiva, os apetrechos bélicos podem ser considerados como parte do excedente, do mesmo modo como as máquinas, instalações, etc. que servem à produção daqueles apetrechos. Uma outra solução, evidentemente, seria sequer incluir no produto a produção que não se destina à satisfação de necessidades humanas. A dificuldade naturalmente aparece quando há produção conjunta de bens necessários e desnecessários, como por exemplo quando batalhões de engenharia constroem rodovias ou um mesmo sistema escolar transmite conhecimentos e ideologia.

Parece, portanto, bastante claro que estes conceitos básicos são tudo, menos intuitivos. É possível que no passado, quando o trabalhador produtivo era simbolizado pelo camponês e o improdutivo pelo soldado, a distinção entre um e outro fosse bastante evidente. Acontece que, principalmente após a Revolução Industrial, o camponês foi substituído pelo trabalhador coletivo, isto é, por equipes de produção cada vez mais amplas e complexas, cujos membros periféricos participam de modo cada vez mais indireto da produção e o soldado, por máquinas burocráticas igualmente complexas, chegando alguns de seus ramos a se entrelaçar com o aparelho produtivo. É preciso não perder de vista, sobretudo,

que surgiram, desde a Revolução Industrial, ramos novos de atividades cujos resultados não se relacionam de modo simples e direto nem com as necessidades humanas em si nem com as necessidades do sistema, caracterizando-se por combinar as duas. São atividades assim que caracterizam o “estado do bem-estar” e são elas as que mais têm crescido em importância, pelo valor dos recursos que absorvem.

É preciso referir ainda uma outra dimensão da problemática do trabalho produtivo e excedente: é que estes conceitos só têm sentido quando encarados de um ângulo histórico. Determinado trabalho só é produtivo quando realizado dentro de um modo de produção. Ocorre que a tradição clássica de análise, que se origina em A. Smith, passa por Ricardo e alcança seu ápice com Marx, considera apenas o modo de produção *capitalista*. Desta maneira, o excedente é constituído pela mais-valia e só é trabalho produtivo aquele que reproduz o seu próprio valor sob a forma de capital variável, o valor dos elementos produtivos sob a forma de capital constante, além de um excedente de valor sob a forma de mais-valia. Para esta análise, que explicitamente se coloca do ponto de vista do capital, mesmo o trabalho que resulta em satisfação de necessidades humanas deixa de ser produtivo desde que não seja realizado no modo de produção capitalista.

Acontece, no entanto, que nenhuma formação social moderna é constituída apenas pelo modo de produção capitalista. Este vem sempre e necessariamente articulado com outros modos de produção. Do ângulo da formação social como um todo, há trabalho produtivo — do ponto de vista “absoluto”⁷ — em todos os modos de produção que ele engloba, de maneira que é preciso pensar que significado o somatório destes trabalhos produtivos possa ter.

É claro que a relevância do problema decorre do fato de que o trabalho produtivo tem por propriedade satisfazer todas as necessidades humanas, tais quais se manifestam no quadro de determinada formação social e, em geral, ainda produzir um excedente tão grande que, além de atender às necessidades dos que não o realizam, provê ainda os elementos que permitem, no momento seguinte, elevar sua produtividade e, desta maneira, satisfazer as necessidades de maior número de pessoas e/ou satisfazer maior número de necessidades. Em outras palavras, o trabalho produtivo, além de ser “reprodutivo”, ao repor as

⁷ Marx mesmo distinguia trabalho produtivo “no sentido de produção capitalista” do trabalho produtivo no sentido “absoluto” ao dizer: “Se um dia de trabalho fosse apenas suficiente para manter em vida o trabalhador, isto é, para reproduzir sua capacidade de trabalho, o trabalho seria, em termos absolutos, produtivo por ser reprodutivo, isto é, ele continuamente repõe os valores por ele consumidos (que são iguais ao valor de sua capacidade de trabalho). Apenas ele não seria produtivo no sentido capitalista, porque não produz mais-valia” (*Theorien über den Mehrwert*, Parte I, Cap. 4, pág. 115/6).

condições de sua própria realização, é “expansivo”, ao ampliar estas condições e, em dadas condições, revolucioná-las. Colocado desta maneira, é óbvio que a capacidade de crescer de uma economia depende do montante de trabalho produtivo realizado em todos os modos de produção que a compõem, da produtividade deste trabalho e da forma que assume o excedente que ele cria. O trabalho improdutivo, no sentido de trabalho que não satisfaz necessidades humanas, só se relaciona com o crescimento na medida em que ele afeta o trabalho produtivo.

Para melhor compreensão do problema é preciso lembrar que o crescimento econômico, em termos reais, é medido pelo montante de valores de uso produzidos ao longo do tempo. Mesmo numa economia capitalista, o valor em si não passa de um certo tempo de trabalho *produtivo* socialmente necessário, cuja eventual expansão só representa *uma* das dimensões do crescimento. A outra dimensão é o aumento da força produtiva deste trabalho produtivo, ou seja, sua capacidade de produzir, no mesmo espaço de tempo socialmente necessário, maior volume de valores de uso.

Vale a pena, nesta altura, citar os parágrafos com que Marx inicia *O Capital*: “A riqueza das sociedades, na qual domina o modo de produção capitalista, aparece como um ‘imenso conjunto de mercadorias’, a mercadoria individual como sua *forma elementar*. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria”.

“A mercadoria é de imediato um objeto externo, uma coisa, que pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza destas necessidades, se elas por exemplo se originam do estômago ou da fantasia, **em nada** altera a coisa. Não se trata aqui de *como* a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, isto é, como objeto de consumo, ou indiretamente, **como meio de produção**.”⁸

Se interessa saber, portanto, como cresce a riqueza das sociedades em que domina o capitalismo, é preciso saber qual é o montante de trabalho que produz objetos de consumo e meios de produção destes objetos de consumo e qual é a força produtiva deste trabalho. Pensando-se inicialmente apenas no montante de trabalho produtivo, ou seja, no número de horas-homens dedicadas à produção de valores de uso, parece que ele é limitado apenas por duas circunstâncias: pelo montante total de tempo de trabalho disponível (como quer que este seja medido) e pela proporção deste total que é utilizada em trabalho improdutivo ou em ócio voluntário ou involuntário. É possível, no entanto, inverter o raciocínio e indagar se, dados a produtividade do trabalho produtivo e o conjunto de necessidades humanas, a serem por ele satisfeitas, não estará determinado o montante de trabalho produtivo “mínimo” sendo que apenas a sobra de tempo de trabalho disponível é que poderia ser utilizada em atividades improdutivas e em ócio.

⁸ MARX, K., *Das Kapital*, Parte I, Cap. 1, pág. 39.

Estas questões se complicam inevitavelmente quando se introduz no raciocínio o efeito do trabalho improdutivo sobre a produtividade do trabalho produtivo. Este efeito assume diversas formas, bastando referir nesta introdução uma das mais óbvias: a da coerção. Por menos que nos agrade, não há como negar que o chicote do feitor aumenta a produtividade do escravo ou, para dar um exemplo mais próximo da realidade hodierna, tudo indica que o sistema de incentivos e punições administrado pelo especialista em relações humanas influi na produtividade do trabalhador fabril.

É importante, portanto, investigar não apenas como o trabalho produtivo cria o excedente mas como se relacionam as múltiplas atividades que se realizam numa economia capitalista moderna com a produção de valores de uso. Como ponto de partida rejeita-se a idéia de que este relacionamento é simples, no sentido de que ele possa simplesmente receber um sinal positivo ou negativo. Trata-se de examinar como estas atividades se inter-relacionam, na divisão social do trabalho, de modo que se possa esclarecer de que maneira as necessidades, em geral antagonicas, do sistema e dos seres que o constituem, são atendidas por este conjunto de atividades.

Se for possível provar que as necessidades do sistema e as necessidades dos seres humanos se excluem mutuamente, no sentido muito específico de que as necessidades do sistema se impõem e aumentam na medida mesma em que ele não é capaz de satisfazer as necessidades humanas que, não obstante, ele suscita, talvez seja possível captar de outro ângulo a contradição básica entre a expansão das forças produtivas (do trabalho produtivo) e o sistema de relações de produção (do qual se originam o que denominamos necessidades do sistema).

2. PRODUTO NECESSÁRIO E EXCEDENTE: HISTÓRICO DAS IDÉIAS

2.1. *A visão fisiocrática*

As idéias de Produto Necessário e Excedente têm uma longa história. Os fisiocratas acreditavam que toda a sociedade vive dos frutos da terra e que, portanto, só os que se dedicam ao seu cultivo de fato provêm a subsistência para si próprios e para os demais. Portanto, o produto agrícola se compõe de duas partes: uma "necessária" para assegurar que o mesmo produto possa novamente ser produzido, no futuro, e outra "excedente". A parte necessária seria representada pelos alimentos destinados ao consumo dos agricultores e pelas sementes requeridas para que, no ano seguinte, uma nova colheita (igual à deste ano) pudesse ser obtida. A parte excedente poderia ter várias destinações:

- a) sustento dos membros da sociedade que não se dedicam a trabalho produtivo,

isto é, à agricultura; b) ampliação do volume de sementes e do estoque de alimentos destinados à atividade e ao sustento de um número adicional de produtores; e c) acumulação de estoques. É óbvio que, dado um certo volume “excedente” de alimentos, quanto maior for seu uso “improdutivo”, tanto menos sobrar para se poder ampliar a produção nos anos seguintes.

Nesta representação de uma sociedade agrária, as características essenciais de Produto Necessário e Excedente já estão dadas. O grande passo estava em reconhecer que nem todas as atividades são igualmente “produtivas”, ou seja, nem todas se relacionam direta ou indiretamente com a satisfação das necessidades dos membros da sociedade. A idéia de “consumo improdutivo” não se cinge apenas a não-produtores tão notórios como crianças, velhos e inválidos. Todos os que se dedicam a atividades não-agrícolas são improdutivos. Turgot, por exemplo, escreveu: “Temos pois a sociedade dividida em três classes: a classe dos Agricultores, para os quais podemos manter o nome de *classe produtiva*; a classe de Artesãos e outros que *recebem estipêndios* do produto da terra; e a classe dos Proprietários, os únicos que, não estando presos por necessidade de subsistência a um trabalho específico, podem ser empregados para as necessidades gerais da Sociedade, tais como a guerra e a administração da justiça, seja como serviço pessoal, ou por meio do pagamento de parte de sua renda com a qual o Estado ou a Sociedade pode engajar pessoas para realizar estas funções. O nome que, por esta razão, lhes assenta melhor é o de ‘classe disponível’ ”.⁹

Deixando de lado, por enquanto, a questão de se os Agricultores são ou não os únicos trabalhadores produtivos, pode-se concordar com os fisiocratas que o consumo alimentar é de fato uma necessidade inelutável de todos os membros da sociedade e que portanto todos dependem do produto agrícola. (Não estamos considerando, para não complicar o raciocínio, a possibilidade de obter alimentos de outras sociedades mediante troca, tributação ou outra forma.) Neste sentido, portanto, o produto agrícola é, de fato, oriundo da atividade de uma parcela da sociedade para o consumo de todos. Dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas, é possível determinar que parte deste produto é *necessária* para assegurar sua reprodução, constituindo o resto um *excedente*.

A identificação do Produto Necessário é relativamente facilitada numa sociedade em que os agricultores são inteiramente auto-suficientes e proporcionam ao resto da sociedade o Excedente (alimentar, neste caso), sem qualquer contrapartida “econômica”. Isto significa que os agricultores não consomem produtos artesanais e os “serviços” que obtêm da Classe Disponível — a guerra, a admi-

⁹ TURGOT, A. R. J., “Reflections on the Formation and Distribution of Wealth” in Abbot, L. D. (ed.), *Masterworks of Economics*, Doubleday & Co., N.Y., 1946, págs. 50/1. O ensaio de Turgot foi publicado pela primeira vez em 1766.

nistração da justiça — não são indispensáveis para que possam desempenhar sua atividade produtiva. Só assim a separação entre Produto Necessário e Excedente não sofreria de qualquer ambigüidade. Como é óbvio, já na sociedade em que vivia Turgot — a França do século XVIII — estas condições estavam longe da realidade.

Se os Agricultores consomem produtos da classe dos Artesãos e este consumo é essencial para sua sobrevivência e para seu trabalho, uma parte dos alimentos é produzida também pelos Artesãos, embora indiretamente. Neste caso, seria preciso considerar que uma parte do consumo dos Artesãos compõe o Produto Necessário e outra, o Excedente. Porém, que parte seria esta? Uma maneira de determiná-la seria a seguinte: se a classe dos Artesãos trabalha simultaneamente para Agricultores e Proprietários, seria preciso determinar quantos Artesãos seriam necessários para produzir os objetos indispensáveis ao consumo (individual e produtivo) dos Agricultores e para o seu próprio consumo (individual e produtivo). O consumo alimentar *deste* número de Artesãos deveria ser incluído no Produto (agrícola) Necessário, ao passo que o consumo alimentar dos demais Artesãos, que por suposto trabalham apenas para os Proprietários e para si próprios, deveria ser incluído no Excedente (agrícola).

Acontece, porém, que nem só de pão vive o homem. Mesmo que uma parte da produção artesanal seja de artigos de luxo, destinados ao consumo supérfluo dos Proprietários, nem por isso a outra parte da produção dos Artesãos deixa de ser indispensável à sobrevivência de *todos* os membros da sociedade. Suponhamos, por exemplo, que a divisão social do trabalho já tenha avançado o bastante para separar totalmente da agricultura o fabrico de roupas. Neste caso, o Produto Artesanal, tanto quanto o Produto Alimentar, pode ser dividido em Produto Necessário e Excedente. O Produto Necessário seria a parte do Produto Artesanal indispensável ao consumo individual e produtivo dos Artesãos, que assegura sua reprodução futura, constituindo o restante da Produção Artesanal o Excedente.

Se quisermos saber, agora, qual é o Produto Necessário e o Excedente de alimentos e roupas não podemos simplesmente somar os Produtos Necessários de Artesãos e Agricultores e os Excedentes dos mesmos, pois parte do que seria Excedente alimentar do ponto de vista dos Agricultores é consumida pelos Artesãos e parte do que seria Excedente de vestuário do ponto de vista dos Artesãos é consumida pelos Agricultores. Incluindo, como é correto, o consumo alimentar dos Artesãos e o consumo de vestuário dos Agricultores no Produto Necessário global, é óbvio que este é maior que a soma dos Produtos Necessários, considerando apenas o autoconsumo dos produtores. Desta maneira, o Excedente global se reduz apenas ao consumo alimentar e de vestuário considerado (até o momento) improdutivo dos Proprietários e ao que sobrar para a ampliação da reprodução e eventual acumulação de estoques.

Portanto, se considerarmos a classe dos Artesãos (que Turgot como os demais fisiocratas encaravam como “estéril”, isto é, não-produtiva) como sendo produtiva, seguem-se as seguintes conseqüências: 1. o que se considera o Produto global se amplia, passando a se compor não só de alimentos mas também de certos produtos artesanais de consumo indispensável por todos os membros da sociedade; 2. ao Produto Necessário alimentar representado pelo autoconsumo dos Agricultores acresce-se o consumo dos Artesãos que participam do Produto global; 3. surge, além disso, um novo componente do Produto Necessário, representado pelo consumo (individual e produtivo) de Artesãos e Agricultores de artigos artesanais indispensáveis; 4. o Excedente passa a se compor das sobras de alimentos e de artigos artesanais indispensáveis.

O quadro abaixo dá uma idéia das inter-relações analisadas:

PRODUÇÃO

Consumo	Agricultores	Artesãos	Soma
Agricultores	50	25	75
Artesãos	25	50	75
Proprietários	20	20	40
Acumulação	5	5	10
Soma	100	100	200

A sociedade imaginada pelos fisiocratas corresponde a uma situação em que os agricultores seriam inteiramente auto-suficientes, de modo que só valeria a primeira coluna do quadro. De um Produto Agrícola de 100, o Produto Necessário seria 50 e o Excedente, também 50, seria consumido pelos Artesãos (25), pelos Proprietários (20), destinando-se 5 à Acumulação (que poderá ou não servir para ampliar a reprodução).

A segunda coluna representa na verdade a sociedade imaginada por Adam Smith:¹⁰ o Produto global resulta de toda produção material, tanto agrícola quanto artesanal. Neste caso, o Produto Necessário agrícola passa de 50 para 75 (incluindo-se o consumo dos Artesãos, que, para simplificar, são considerados *todos* produtivos) e o Excedente agrícola naturalmente tem que diminuir na mesma medida de 50 para 25. Porém, agora o Produto Necessário global é bem maior, pois é a soma dos Produtos Necessários agrícola (75) e artesanal (75), ao passo que o Excedente global se mantém no mesmo nível de 50, porém agora composto por uma metade de alimentos e uma metade de artigos artesanais

¹⁰ SMITH, A., *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, The Modern Library, N.Y., 1937 (vide principalmente o Capítulo III do 2.º Livro intitulado: “Of the Accumulation of Capital, or of productive and unproductive Labour”, págs. 314/332).

indispensáveis. Deste Excedente, quatro quintos são consumidos pelos Proprietários e um quinto é acumulado.

É claro que os números do quadro são arbitrários e portanto as relações entre eles fictícias. Mas não é fictícia a conclusão de que quanto mais se ampliam os limites do que se considera o Produto global, tanto menor será a parcela excedente de *cada ramo* que o produz.

O assunto poderá ser melhor esclarecido se considerarmos os números do quadro como representando tempo de trabalho social, ou seja, tempo gasto nas atividades enquadradas na divisão social do trabalho. De acordo com o quadro, o tempo global de trabalho social disponível é de 200. Segundo a interpretação fisiocrática, metade deste tempo é gasta produtivamente (na agricultura) e a outra metade esterilmente (no artesanato). Do tempo de trabalho social produtivo, igual a 100, a metade (50) é gasta na produção do Produto Necessário e a outra metade (50) na produção do Excedente. Já na interpretação clássica de Smith todo tempo de trabalho social dedicado à *produção material* é produtivo, logo o Produto global incorpora uma massa de trabalho social muito maior mas o Produto Necessário em cada um dos dois ramos — agricultura e artesanato — absorve agora três quartos do tempo de trabalho social expendido em cada um. A razão desta mudança é que o consumo dos Artesãos, que para os fisiocratas entrava no Excedente, passa a fazer parte do Produto Necessário. Se supusermos, agora, que parte dos Proprietários realiza também trabalho produtivo teremos que acrescentar mais uma coluna ao quadro. Como consequência, o tempo de trabalho social gasto por estes Proprietários “produtivos” viria acrescentar-se ao Produto global, mas, ao mesmo tempo, o seu consumo, tanto de alimentos quanto de artigos artesanais, passaria do Excedente ao Produto Necessário. Obviamente a proporção excedente do tempo de trabalho social expendido pelos Agricultores e Artesãos se reduziria. A importância desta relação decorre do fato de que as potencialidades de crescimento de cada sociedade estão condicionadas pelo tamanho do seu Excedente e isso em dois sentidos: 1. como a parte do trabalho social destinado à acumulação é parcela do Excedente, quanto maior for este, tanto maior, ao menos virtualmente, poderá ser a acumulação; 2. sendo o resto do Excedente (isto é, o Excedente não-acumulado) gasto principalmente no sustento de não-produtores, quanto maior o Excedente, tanto maior o tempo de trabalho social gasto de modo não-produtivo e que poderia potencialmente ser convertido em trabalho produtivo. Portanto, quanto mais se limita, no plano da análise, o que se considera trabalho produtivo no contexto de todas as atividades, tanto maior será o Excedente, o que tende, em geral, a implicar uma crítica à estrutura vigente que desperdiça grande parte das possibilidades de crescimento econômico. E vice-versa: uma posição analítica que considera praticamente toda atividade como produtiva reduz o Excedente à parcela poupada da renda, o que implica que a sociedade sempre tende a rea-

lizar suas potencialidades de acumulação. Neste caso, o crescimento econômico só será menor que o possível na medida em que, por falta de demanda efetiva, nem toda poupança é objeto de inversão deliberada.

A distinção do que é trabalho produtivo e improdutivo está, portanto, fortemente tingida pela atitude assumida face à sociedade que se pretende analisar. Esta distinção tem sempre por base a idéia de que o trabalho só é produtivo quando atende às necessidades gerais de todos os membros da Sociedade. Turgot, por exemplo, considera apenas a agricultura produtiva porque “o lavrador, podemos dizer em termos gerais, pode se manter sem o trabalho de outros trabalhadores, mas nenhum destes pode produzir se o lavrador não lhes possibilita viver”.¹¹

Turgot sabe que os Agricultores consomem produtos de outros trabalhadores, mas sua necessidade deles é circunstancial. Se quisessem, os Agricultores poderiam produzi-los também. Portanto, eles são virtualmente auto-suficientes. Já o mesmo não se dá com os demais, que, por não produzirem alimentos, têm que depender dos Agricultores. No trecho acima citado, Turgot reconhece que a atividade dos Proprietários (ou dos que são pagos com sua renda) atende “às necessidades gerais da Sociedade”. É importante reter esta distinção: o trabalho produtivo dos Agricultores atende às *necessidades de sobrevivência dos membros da sociedade* ao passo que o trabalho improdutivo dos Proprietários (ou de seus prepostos) atende às *necessidades gerais da Sociedade*.

O que Turgot entende por atividades que atendem a “necessidades gerais da Sociedade” pode ser inferido a partir de sua exemplificação: a guerra e a administração da justiça, ambas atividades decorrentes de contradições que se manifestam sob a forma de conflitos. É um apanágio da classe dominante ter todo seu tempo disponível para se dedicar ao exercício da dominação. A classe dos Proprietários é por isso mesmo a classe dominante, cuja atividade está completamente desligada da produção dos meios materiais de vida — e portanto não pode deixar de ser uma classe improdutivo. Os conflitos, que exigem que haja quem possa comandar na guerra e quem possa distribuir justiça, não deixam de se originar em contradições que decorrem do fato de haver dominação e, portanto, classe dominante. Não houvesse “propriedade” e possivelmente não haveria por que travar guerras e tampouco ocorreria grande parte dos conflitos interpessoais, que requerem a intervenção dos tribunais. De modo que é possível sustentar a hipótese de que o trabalho improdutivo que atende às “necessidades gerais da Sociedade” é tornado necessário pelas próprias condições que o viabilizam; ou, por outra, a mesma estrutura que libera os Proprietários do trabalho produtivo, permitindo-lhes viver dos frutos do trabalho alheio, exige sua parti-

¹¹ TURGOT, A. R. J., *op. cit.*, pág. 46.

cipação direta ou por delegação nas atividades “institucionais” de defesa daquela estrutura.

2.2. *A visão clássica de Adam Smith e sua apreciação por Marx*

Com Adam Smith a noção de trabalho produtivo se complica pois ele a desliga da noção de trabalho útil ou necessário, do ponto de vista dos indivíduos. “Há uma espécie de trabalho que aumenta o valor do objeto sobre o qual ele é exercido: há outro que não tem este efeito. O primeiro, como produz um valor, pode ser chamado de produtivo e o último, de trabalho improdutivo”.¹² O exemplo típico do trabalhador produtivo, para Smith, é o artesão que dá nova forma à matéria-prima, aumentando-lhe o valor. Em contraposição a ele está o empregado doméstico, cujo trabalho não se fixa num objeto, desaparecendo tão logo ele é exercido. Temos aqui, portanto, a distinção fundamental entre produção material e serviços.

Como nota Marx,¹³ há em Smith duas noções de trabalho produtivo, perfeitamente distintas, mas que na cabeça do autor se confundem completamente. A primeira é a determinação *social* do trabalho produtivo como sendo o trabalho que produz um excedente *para quem o emprega*. Isto significa que, *do ponto de vista do capital*, só realiza trabalho produtivo quem produz mais valor do que consome, ou seja, quem participa da produção do excedente, que no capitalismo assume a forma de lucro. O trabalhador manufatureiro é produtivo porque enriquece quem o emprega, ao passo que o empregado doméstico vive da renda do patrão.

O que Smith não compreende é que mesmo na economia capitalista não se pode comer o bolo e guardá-lo ao mesmo tempo. Quando alguém emprega um trabalhador, enquanto capitalista, não pode desfrutar de seu trabalho como valor de uso e quando alguém emprega um trabalhador para lhe prestar serviços não pode pretender explorá-lo. Smith supõe que o trabalhador produtivo reproduz sua subsistência com sobras ao passo que o improdutivo só consome sem produzir. “Embora o artesão receba seu salário adiantado do seu empregador, ele, na realidade, não lhe custa nada, o valor do salário sendo em geral recuperado, junto com um lucro, no valor aumentado do objeto sobre o qual seu trabalho é exercido. Mas a manutenção de um empregado doméstico nunca é recuperada”.¹⁴ Se eu emprego um marceneiro, por exemplo, para me fazer mó-

¹² SMITH, A., *op. cit.*, pág. 314.

¹³ MARX, K., *Theorien über den Mehrwert*, Vol. 1, Dietz Verlag, Berlin, 1956, Cap. 4.º “Teorias sobre trabalho produtivo e improdutivo”.

¹⁴ SMITH, A., *op. cit.*, pág. 314.

veis, os quais vou vender com lucro, é óbvio que recupero o que lhe paguei. Mas, neste caso, não posso ficar com os móveis e usá-los em minha casa. Se, por outro lado, encomendo móveis a um marceneiro não posso querer usá-los e ao mesmo tempo recuperar o dinheiro que por eles paguei.

Neste segundo caso, o marceneiro pode não ser um assalariado mas um artesão independente e eu posso empregá-lo em minha casa por determinado período. Até hoje certos artesãos, costureiras, cozinheiras, etc. trabalham como empregados domésticos. Não há dúvida de que o caráter útil do seu trabalho, enquanto produtor de valores de uso, não é afetado por isso. Os móveis fabricados pelo marceneiro servirão a algum propósito, quer tenham sido produzidos como mercadorias para um capitalista e depois vendidos por este a um consumidor, quer tenham sido produzidos por um artesão independente diretamente para o consumidor, na casa deste. A grande diferença é do ponto de vista do capital: o primeiro tipo de atividade produziu mais-valia, o segundo não. *Deste ponto de vista*, o primeiro é trabalho produtivo ao passo que o segundo não o é.

Smith não percebe que, quando escreve que “um homem se torna rico quando emprega muitos artesãos; ele se torna pobre ao manter muitos empregados domésticos”¹⁵, ele está se colocando na ótica exclusiva do capital. Ele crê que o que é verdade para o burguês individual também deve ser verdade para toda a sociedade e ignora que o enriquecimento do capitalista se faz às custas de alguém, em geral do trabalhador “produtivo”. Logo, para Smith, o trabalhador explorável deve ter alguma característica que o torna produtivo em si. Daí ele passar da determinação *social* do que é trabalho produtivo para uma outra determinação que, no fundo, é puramente material: o modo como o trabalho, *enquanto trabalho concreto*, se materializa. Segundo este critério *todo* trabalho que contribui para a produção material é produtivo, ao passo que *todo* trabalho que produz serviços não o é. Como observa Marx muito bem, “A. Smith chegou à esta aberração, em parte por oposição e em parte por dependência dos Fisiocratas”.¹⁶ Foram os fisiocratas que inventaram este critério ao formular o dogma de que só o trabalho agrícola é produtivo. Smith, ao refutá-los (no Cap. 9.º do Livro IV de *A Riqueza das Nações*), cai vítima da metodologia dos próprios adversários: aceita o critério em si e meramente o estende da produção agrícola ao conjunto da produção material.

Uma vez demonstrado o erro de Smith, por Marx, poder-se-ia pensar que se trata de um assunto encerrado. Ledo engano. Na verdade, Smith intuiu que, de alguma maneira, só a produção material pode produzir “mercadorias” pois “o trabalho do artesão se fixa e realiza num objeto específico ou mercadoria ven-

¹⁵ SMITH, A., *op. cit.*, pág. 314.

¹⁶ MARX, K., *op. cit.*, pág. 125.

dável, que dura algum tempo ao menos depois que o trabalho terminou. É como se uma certa quantidade de trabalho estivesse estocada ou armazenada para ser empregada, se necessário, em outra ocasião. Este objeto, ou, o que é a mesma coisa, o preço deste objeto, pode depois, se necessário, pôr em movimento uma quantidade de trabalho igual à que originalmente o produziu”.¹⁷ Aqui vem novamente à tona a idéia de que o trabalho produtivo tem a misteriosa capacidade de se reproduzir graças à durabilidade do objeto ao qual se incorpora. Acontece que o valor de troca de uma mercadoria só se preserva na medida em que esta não é consumida. Do ponto de vista do capitalista, a durabilidade da mercadoria que produz não tem, em geral, maior importância. A mercadoria não passa de uma forma de valor transitória que o capital tem que assumir, mas somente para se metamorfosear em outra — na forma dinheiro — o mais depressa possível. O que interessa ao capitalista é vender suas mercadorias com a maior rapidez para poder recomeçar o ciclo produtivo pondo novamente “em movimento uma quantidade de trabalho igual à que originalmente produziu” aquelas mercadorias. Mas, para que o capital possa assumir a forma mercadoria não há necessidade de que esta se materialize num objeto. O capital pode assumir a forma mercadoria sendo esta um serviço. Neste caso, a força de trabalho adquirida pelo capitalista, ao ser exercitada, transforma-se em uma mercadoria que imediatamente é realizada (isto é, usufruída pelo consumidor, que por ela paga), de modo que o capital passa diretamente da forma força de trabalho à forma dinheiro. O fato da metamorfose do capital assim ser encurtada, longe de ser um defeito, é na realidade uma vantagem para o capital, pois seus ciclos são assim mais curtos, aumentando sua valorização no tempo. Basta observar-se o funcionamento de empresas capitalistas que se dedicam ao ensino, à promoção de espetáculos ou à prestação de serviços de controle (auditoria p. ex.) para se verificar que a ausência de um objeto material, onde se “fixa” o valor produzido pelo trabalho, de modo algum constitui obstáculo ao seu pleno funcionamento capitalista.

Não obstante, Marx parece ter hesitado face à intuição de Smith. Na mesma página em que ele escreve: “A determinação material do trabalho e em consequência de seu produto nada tem, em si mesma, a ver com esta diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo. Por exemplo, os cozinheiros e garçons num hotel público são trabalhadores produtivos, na medida em que seu trabalho se transforma em capital para o proprietário do hotel”; pode-se ler, mais adiante: “Que [os trabalhadores improdutivos] não produzem *mercadorias* está na natureza da coisa. Pois a mercadoria nunca é objeto imediato do consumo, porém portador do valor de troca”.¹⁸

¹⁷ SMITH, A., *op. cit.*, pág. 314.

¹⁸ MARX, K., *op. cit.*, pág. 122. Sublinhado no original (P.S.).

Marx, em sua análise do pensamento smithiano, está o tempo todo preocupado com a inadequação dos serviços como atividades que possam produzir mercadorias e que portanto possam ser exploradas pelo capital. Esta preocupação se origina do seguinte conceito de mercadoria, que ele propõe ao longo de suas reflexões sobre o tema: “*Mercadoria* — ao contrário da força de trabalho mesma — é um objeto material que se antepõe ao homem, tendo certa utilidade para ele e onde certa quantidade de trabalho está fixada, materializada”.¹⁹ Por outro lado, Marx reafirma constantemente que a determinação da mercadoria é social e não decorre da forma material ou imaterial que ela assume. “A materialização etc. do trabalho não é, porém, para ser tomada de forma tão escocesa [isto é, estrita (P.S.)] como o faz A. Smith. Quando falamos da mercadoria como materialização do trabalho — no sentido do seu valor de troca — esta só é uma forma pensada (“*eingebildete*”) de existência da mercadoria, isto é, uma forma apenas social, que nada tem a ver com sua realidade corpórea; ela é representada como determinado “quantum” de trabalho social ou dinheiro.”²⁰ Apesar desta restrição, volta Marx ao ponto anterior: “Porém continua certo que a mercadoria aparece como trabalho passado, objetivado; portanto, quando ela não aparece sob a forma de objeto, ela só pode aparecer sob a forma de força de trabalho”.²¹ Portanto, com exceção da força de trabalho (única mercadoria não produzida por capitalistas), todas as demais têm que se corporificar em objetos materiais. Sente-se que Marx está obviamente discutindo consigo próprio ao longo de quase todo o 1.º Volume das *Teorias sobre a Mais-valia*.

No fim do volume ele, por assim dizer, adere à visão de Smith. Admitindo-se que “todo o mundo das mercadorias, todas as esferas da produção material — da produção da riqueza material —, acabe subordinado (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista... Pode-se então designar como característico do trabalhador *produtivo*, isto é, do trabalhador que produz capital, que seu trabalho se realiza em *mercadorias*, em riqueza material. E assim teria o *trabalho produtivo* recebido uma segunda determinação lateral (“*Nebenbestimmung*”), diferente de sua característica decisiva, a qual é completamente indiferente e independente do *conteúdo do trabalho*”.²² O tom destas frases, principalmente o condicional do verbo “teria”, mostra bem como Marx se rende, quase que contra a sua vontade, à intuição de Smith e acaba aceitando sua segunda noção de trabalho produtivo, que no início lhe tinha parecido uma aberração fisiocrática, como uma possível “segunda determinação lateral”, diferente da primeira que permanece contudo a principal e decisiva.

¹⁹ MARX, K., *op. cit.*, págs. 126/7. Sublinhado no original.

²⁰ MARX, K., *op. cit.*, pág. 134.

²¹ MARX, K., *op. cit.*, pág. 135.

²² MARX, K., *op. cit.*, pág. 373. Sublinhado no original.

Esta rendição de Marx à visão smithiana, apesar de contrafeita, teve conseqüências de monta: até hoje, a maioria dos que se pretendem marxistas ortodoxos sustenta que todos os serviços, *por serem serviços*, isto é, por constituírem a esfera da produção imaterial, são improdutivos. Assim, enquanto os herdeiros burgueses da tradição clássica rejeitam, sem hesitar, a própria distinção entre trabalho produtivo e improdutivo proposta por Smith, os seus herdeiros indiretos, via Marx, a aceitam, a ponto de fazerem prevalecer a “segunda determinação lateral” sobre a primeira, considerada por Marx a principal e decisiva.

Resta ver como Marx justifica sua tomada de posição. Ele admite que a produção imaterial pode produzir mercadorias excepcionalmente, distinguindo dois casos: 1. quando a produção imaterial se fixa em objetos como livros, quadros, obras artísticas. “Aqui a produção capitalista só é aplicável em âmbito muito limitado, na medida, por exemplo, em que um escritor explora uma massa de auxiliares num trabalho cooperativo — uma enciclopédia, por exemplo.” Neste caso, a subordinação ao capital é meramente formal;²³ 2. quando a produção não é separável do ato de produzir, como no caso das artes performativas, ensino, medicina, etc. “Também aqui há produção capitalista apenas em pequena medida e devido à natureza da coisa só pode se dar em algumas esferas. Por exemplo, em estabelecimentos de ensino os professores podem ser meros assalariados para o empresário do estabelecimento, como há numerosas fábricas de ensino desta espécie na Inglaterra. Embora eles não sejam *trabalhadores produtivos* face aos alunos, eles o são face ao empresário. . . Todos estes casos de produção capitalista nesta área de produção imaterial são tão insignificantes, em comparação com o conjunto da produção, que podem ser inteiramente negligenciados.”²⁴

Assim, a produção imaterial pela “natureza da coisa” não pode ser facilmente explorada pelo capital. É provável que Marx assim pensasse por supor que o capital não poderia revolucionar a técnica de produção imaterial e portanto *realmente* subordiná-la, desenvolvendo suas forças produtivas. De fato, o caráter de grande parte dos serviços — principalmente dos que têm seres humanos como objeto, como p. ex. a educação ou a medicina — enquanto atividades concretas, não se presta ao que Marx chama de “modo especificamente capitalista de produção”. Segundo Marx, a subordinação real do trabalho ao capital implica um desenvolvimento das forças produtivas que permite a desvalorização da força de trabalho e, portanto, a produção de *mais-valia relativa*.²⁵ Dada a dificuldade de padronizar o objeto de trabalho, torna-se difícil revolucionar a

²³ MARX, K., *op. cit.*, págs. 373/4.

²⁴ MARX, K., *op. cit.*, pág. 374.

²⁵ MARX, K., *Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses* (Resultados do processo imediato de produção), Verlag Neue Kritik, Frankfurt, 1969, pág. 50.

técnica de produção de tais serviços. Neste sentido, a subordinação deste tipo de trabalho ao capital seria meramente formal, o que impediria a sua definitiva incorporação ao modo de produção capitalista.

Não obstante, a evolução dos últimos 100 anos mostrou que o ceticismo de Marx quanto à capacidade do capital de se apoderar do Terciário não foi inteiramente justificado. Teremos que voltar a este assunto ainda, de modo mais minucioso. Por ora, há que registrar a verdadeira industrialização de certos serviços como as comunicações, certas artes performativas através do cinema e da televisão e certos serviços pessoais como a hotelaria, o transporte de passageiros, etc. A sua evidente subordinação real ao capital — o que significa que processos pré-capitalistas de trabalho em nenhum destes casos foram preservados — e sua grande significação econômica no presente de modo algum permitem que sejam negligenciados.

2.3. *A dupla visão de Marx de trabalho produtivo e improdutivo*

Embora boa parte dos autores marxistas não o tenha percebido, também há duas concepções de trabalho produtivo e improdutivo em Marx. Ao contrário de Smith, Marx tinha plena consciência desta dualidade, embora nunca a tenha explicitado formalmente. Uma destas concepções é a que vimos citando e que Marx expôs de modo mais amplo: a de que trabalho produtivo é o que produz mais-valia — ou seja, é o trabalho que resulta do uso de força de trabalho assalariada por capitalistas para produzir mercadorias visando lucro. Obviamente esta concepção só se aplica ao modo capitalista de produção e, como Marx aponta repetidas vezes, corresponde apenas ao ponto de vista do capital. Pode-se deduzir daí que, para Marx, trabalho produtivo em outros modos de produção deve responder a outros critérios.

A outra concepção de Marx é a de trabalho produtivo *em si*, que é produtivo unicamente porque satisfaz necessidades humanas. Assim, Marx menciona que a miopia burguesa confunde a pergunta do que é *trabalho produtivo e trabalhador produtivo* do ponto de vista do capital com o que é *trabalho produtivo ao todo* (“überhaupt”).²⁶ Obviamente, ao ver de Marx as duas perguntas devem ser distinguidas. Nas *Teorias sobre a Mais-valia* (Vol. 1, Cap. 4, págs. 115/6), Marx fala de um trabalho que “seria, em termos absolutos, produtivo por ser reprodutivo, isto é, ele continuamente repõe os valores por ele consumidos (que são iguais ao valor de sua capacidade de trabalho). Apenas ele não seria produtivo no sentido capitalista, porque não produz mais-valia”. Como se vê, trabalho que é produtivo “em termos absolutos” não o é no sentido capitalista.

²⁶ MARX, K., *Resultate etc.*, pág. 65.

A divergência entre os dois critérios também surge na citação à pág. 14: referindo-se aos professores assalariados, Marx diz que “embora eles não sejam *trabalhadores produtivos* face aos alunos, eles o são face ao empresário...” [sublinhado no original (P.S.)]. Que estes professores assalariados sejam produtivos do ponto de vista de seu empregador é fácil de entender. Mas que eles não o sejam para os seus alunos só pode ser entendido se Marx estivesse operando com um outro critério, que *não o do capitalista*, do que é trabalho produtivo. E este efetivamente é o caso.

Pode-se ter a impressão de que o critério *geral* de Marx, em contraposição ao *específico*, que se relaciona exclusivamente ao capitalismo, é o que ele oferece numa passagem famosa de *O Capital* em que, referindo-se ao *processo de trabalho*, ele afirma: “Seu produto é um *valor de uso*, uma matéria da natureza adequada, por meio de mudança de sua forma, a necessidades humanas. . . Se se encara o processo todo do ponto de vista do seu resultado, o *produto*, aparecem ambos, *meios de trabalho e objeto de trabalho* como *meios de produção* e o trabalho mesmo como *trabalho produtivo*”.²⁷ Na verdade, algo do critério geral de Marx está contido nesta passagem, porém de modo não explícito. De acordo com o raciocínio exposto, o trabalho é produtivo ou não do ponto de vista de seu resultado, o produto, e este tem que ser: a) material, isto é, matéria da natureza e b) adequado a necessidades humanas. O que não é explicitado é a ligação lógica entre as duas condições. Obviamente a segunda — a adequação a necessidades humanas — é mais geral que a primeira. Por que o trabalho humano cujo resultado é imaterial porém adequado a necessidades humanas não seria produtivo? Só há duas respostas a esta pergunta: ou não existe trabalho humano cujo resultado, sendo imaterial, seja adequado a necessidades humanas ou, caso exista, este trabalho é — pelo menos de acordo com o critério geral — produtivo.

Marx em momento algum, o quanto sabemos, oferece uma opção definitiva face a estas alternativas. Mas, na maior parte das vezes, quando se refere aos serviços em contraste com o valor de uso *material*, Marx tende a indicar que somente este de fato é *indispensável* à substância. No entanto, sempre subsiste certa ambigüidade, porque não se sabe bem a *que* serviços ele está se referindo. Assim, por exemplo, discutindo os efeitos do aumento da produtividade do trabalho, escreve Marx: “Suposto que graças à produtividade da indústria se tenha chegado ao ponto que, se antes 2/3, agora apenas 1/3 da população participa da produção material. Antes 2/3 fornecia.n alimentos para 3/3, agora 1/3 para 3/3. Antes 1/3 era “net revenue” (em contraste com a “revenue”

²⁷ MARX, K., *Das Kapital*, Dietz Verlag, Berlin, 1959, Vol. I, pág. 199. Sublinhado no original (P.S.).

do trabalhador), agora são 2/3. Abstraindo a contradição de classe, necessitaria a nação agora de 1/3 do seu tempo para produção imediata, quando antes ela necessitava de 2/3. Repartido igualmente, teriam todos (isto é, toda a população) 2/3 mais tempo para trabalho improdutivo e ócio”.²⁸ À primeira vista, parece que apenas os que participam da produção material produzem “alimentos”, isto é, “Lebensmittel” — meios de vida — necessários a toda a produção. Mas, em que medida devemos encarar aqui “produção material” em sentido estrito de produção de objetos? Não seriam certos *serviços* igualmente indispensáveis à vida, como os do médico por exemplo, parte da produção material?

Há uma passagem de Marx em que ele discute este tipo de serviços: “A compra de tais serviços, que criam, conservam, modificam etc. a capacidade de trabalho, que em resumo lhe dão uma especialidade ou apenas a mantêm, por exemplo o serviço do professor, na medida em que ele é ‘industrialmente necessário’ ou útil, o serviço do médico, na medida em que conserva a saúde, portanto a fonte de todos os valores, a própria capacidade de trabalho etc., são portanto serviços que põem em seu lugar ‘uma mercadoria que se pode comprar etc.’, isto é, a capacidade de trabalho mesma, em cujos custos de produção ou reprodução estes serviços entram. No entanto, A. Smith sabia quão pouca ‘education’ entra nos custos de produção da massa dos ‘working men’. Em todas as circunstâncias, pertencem os serviços do médico aos ‘faux frais’ da produção. Pode-se incluí-los nos custos de reparação da capacidade de trabalho”.²⁹

Marx não nega, portanto, que os serviços do médico conservam “a fonte de todos os valores”, a vida, do mesmo modo que o serviço do educador pode ser “industrialmente necessário”. Mas, nem por isso estes serviços deixam de ser relegados à categoria de “faux frais” da produção. Pode-se concluir, portanto, que para Marx estes serviços não se incluem na produção material, cujos produtos — os alimentos — contam não como “faux frais”, mas como custos diretos e indispensáveis da capacidade de trabalho. Precisamos, então, entender o que Marx quer dizer com “faux frais”. Ao contrário do custo direto, que representa um insumo que contribui para o produto de forma *direta e proporcional*, não passa o “faux frais” de uma despesa inevitável mas que pode e deve ser minimizada na medida do possível. Quanto mais um operário come (obviamente dentro dos limites de sua capacidade biológica) tanto mais energia ele terá para expender. É neste sentido que o alimento é um “insumo”. Já não se pode dizer o mesmo quanto às consultas médicas ou operações cirúrgicas. Na verdade, quanto menos o indivíduo tiver que recorrer a elas, tanto melhor será a sua saúde. Marx bate nesta tecla de forma irônica ao escrever: “Sabe-se exatamente quantos trabalhadores, sob dadas condições de produção, são necessários para fazer uma mesa,

²⁸ MARX, K., *Theorien über den Mehrwert*, Vol. I, págs. 180/181.

²⁹ MARX, K., *op. cit.*, pág. 130.

quão grande o 'quantum' de determinada espécie de trabalho deve ser para criar determinado produto. Este não é o caso de muitos 'produtos imateriais'. O 'quantum' necessário de trabalho, para se alcançar determinado resultado, sói ser tão conjectural quanto o resultado mesmo. Vinte clérigos unidos talvez consigam a conversão em que um só malograria; seis médicos em consulta conjunta talvez descubram a cura que um só não encontra. Num colégio de juizes se produz talvez mais justiça que um só juiz, que se autocontrola, produziria".⁸⁰

Este trecho mostra bem com que desconfiança Marx encara os serviços, mesmo os supostamente mais nobres. Tem-se a impressão de que, no fundo, ele desconfia de sua eficácia. Na noção de "faux frais" está contida, na verdade, toda problemática da medida da produtividade dos serviços, como ela é encarada hoje. Efetivamente, não há, para uma quantidade considerável de serviços, nenhuma relação necessária entre esforço ou quantidade de trabalho e custo, de um lado, e resultado útil do outro. Os especialistas em contabilidade nacional não cessam de manifestar sua perplexidade face a este problema. Como é possível medir a variação da produtividade de uma dada atividade se entre o trabalho e o seu resultado não há qualquer distinção? Marx, ao defender a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo de Smith de seus críticos, volta continuamente a este ponto: "Segundo Storch, produz o médico a saúde (mas também a doença), professores e escritores 'les lumières' (mas também o obscurantismo), poetas, pintores, etc. o 'goût' (mas também o mau gosto), os moralistas, etc. as 'moeurs', os pregadores, o culto, o trabalho dos soberanos, a segurança etc. (págs. 347-350). Da mesma forma pode-se dizer que a doença produz médicos, a ignorância, professores e escritores, o mau gosto, poetas e pintores, os maus costumes, moralistas, a superstição, pregadores e a insegurança geral, soberanos".⁸¹

"Cada serviço é, para quem o vende, produtivo. Jurar em falso é produtivo para quem o faz por dinheiro sonante. Falsificar atas é produtivo para quem é pago para fazê-lo. Assassinar alguém é produtivo para quem o assassinato é pago. O negócio dos sicofantas, denunciadores, espias, parasitas, bajuladores é produtivo desde que não executem tais 'services' grátis. . . Também o malandro, que se paga a si mesmo, do mesmo modo como o fazem os tribunais e o estado 'aplica uma força, a utiliza de determinada maneira, produz um resultado que satisfaz a necessidade de uma pessoa', isto é a de 'l'homme voleur' e talvez ainda de sua mulher e filho."⁸²

E apreciando um exemplo de Ganilh, escreve Marx: "Se o salário do trabalhador manufatureiro ou agrícola for igual a 500 frs. e a mais-valia por ele

⁸⁰ MARX, K., *op. cit.*, pág. 231.

⁸¹ MARX, K., *op. cit.*, págs. 249/50.

⁸² MARX, K., *op. cit.*, pág. 256.

produzida (lucro e renda) igual a 40%, então o 'produit net' de cada um seria igual a 200 frs. e 5 destes trabalhadores seriam necessários para produzir o salário igual a 1.000 frs. do serviçal. Desejasse o sr. 'échangé' em vez do serviçal comprar uma concubina por 10.000 frs. anuais, então seria necessário o 'produit net' de 50 destes trabalhadores produtivos. Já que o trabalho improdutivo da concubina lhe rende valor de troca, salário vinte vezes maior que o salário do trabalhador produtivo, acrescenta esta pessoa vinte vezes mais à 'produção de riqueza', e um país produz tanto mais riqueza, quanto mais ele pagar seus serviços e concubinas".³³

Sem sistematizar seu pensamento, Marx mostra as dificuldades conceituais que a análise econômica dos serviços apresenta. Em primeiro lugar, enquanto na produção material o homem enfrenta a natureza, cujas forças arditosamente usa para se apropriar de sua matéria, transformando-a na "produção" de serviços, ele enfrenta sua própria natureza, cujos males físicos procura corrigir com a medicina, cujo senso estético procura aprimorar com a arte, cuja mente procura esclarecer com a educação e a literatura, etc. Acontece que, nesta luta do homem consigo mesmo, através do uso de uma série de serviços em cujo processo de produção ele, o consumidor, é o próprio objeto a ser transformado, estabelece-se facilmente um círculo vicioso em que as transformações alcançadas podem se revelar o oposto do pretendido: o médico pode produzir a doença, o professor, a ignorância, o artista, a falta de gosto. Basta ler-se o que os médicos de hoje têm a dizer sobre a medicina de ontem ou os educadores de hoje sobre a educação de ontem para se ver o alto grau de ambigüidade que envolve o resultado "útil" de tais serviços.

Em segundo lugar, Marx mostra que o caráter monetário, "remunerado", dos serviços está longe de ser prova de que eles satisfazem necessidades humanas *em geral*. Os vários exemplos de Marx, propositalmente desabonadores — juramento em falso, falsificação de atas, assassinato, roubo —, revelam uma faceta contraditória de certos serviços, que os valores de uso materiais não têm. Se compro um bem, faço-o em geral *por mim*, mas não *contra alguém*. Obviamente já o mesmo não se dá com os serviços que decorrem de contradições e conflitos. Os serviços altamente respeitáveis do advogado, do militar, do diplomata e do dirigente sindical — para citar exemplos de maior significação social — são desta categoria. O serviço do meu advogado só me é útil na medida em que é nocivo à outra parte. O serviço do soldado e do diplomata é útil ao país, apenas na medida em que prejudica as nações inimigas. O mesmo vale para o dirigente sindical, para o político, em muitos casos para o publicitário, para o consultor fiscal, etc., etc.

³³ MARX, K., *op. cit.*, págs. 173/4.

Finalmente Marx ridiculariza a tentativa de Ganilh de medir o valor criado pelos serviços através de seus custos. Não obstante, ainda hoje a contribuição para o Produto da maior parte dos serviços (sobretudo dos que não são vendidos) é medida desta maneira. Assim, o manual das Nações Unidas ensina que “o valor do produto bruto dos produtores de outros bens e serviços — os produtores de serviços governamentais e de serviços privados não-lucrativos para domicílios e de serviços domésticos realizados por domicílios — é considerado equivalente aos custos de produção destes serviços”.³⁴ E não se pense que este fato reflita a aceitação da solução simplista de Ganilh. Na verdade, a sensação de que o caráter econômico dos serviços ainda não foi compreendido é manifestada mesmo nos meios mais afastados da tradição clássica ou marxista. Assim, por exemplo, T. P. Hill, num estudo recente feito para a OCDE, escreve: “Sabe-se que é difícil definir a unidade de produto para um certo número de serviços — por exemplo no domínio do ensino, dos serviços sanitários, da administração pública e da defesa nacional — se bem que as operações que põem em funcionamento estes tipos de serviços não se decomponham facilmente em termos de preços e quantidades. O fato de que se trata em sua maioria de serviços executados pelas administrações públicas é de importância secundária, assim, por exemplo, não é mais fácil medir o produto do ensino privado ou dos serviços sanitários privados do que medir os mesmos serviços executados pelas administrações. . . um grande uso é feito de dados sobre o emprego e os salários em termos reais como indicadores do produto bruto e isto reflete a importância das dificuldades encontradas nestas categorias de serviços”.³⁵

As dificuldades de mensuração da “produtividade” dos serviços, por parte da economia neoclássica hodierna, são da mesma natureza que levaram Marx a escarnecer dos esforços para provar que eles são “produtivos”. Ao fazer isso, Marx pôs o dedo na ferida, embora, como ainda veremos, também deixasse a questão inconclusa. Mas, é preciso apreciar a imensa acuidade com que pressentiu e apontou uma problemática até hoje em aberto. Comparem-se as citações acima de Marx com a seguinte colocação de M. L. Marimont, em nome do “Office of Business Economics” do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, numa recente conferência sobre Produção e Produtividade nos Serviços:

“As indústrias que são o objeto deste relatório não fabricam um par de sapatos, um refrigerador ou uma prensa, que são todos tangíveis e podem ser contados, embora com variáveis graus de ambigüidade. Em vez disso elas provêm serviços, isto é, guardam economias, seguram vidas, emprestam dinheiro, fazem publicidade de negócios, auditoria, restauram a saúde, reparam carros e assim

³⁴ U. N., *A System of National Accounts*, N. Y., 1968, pág. 98.

³⁵ HILL, T. P., *La Mesure de la Production en Termes Réels*, OCDE, Paris, 1971, págs. 69/70.

por diante. Questões conceituais extremamente difíceis de serem respondidas são levantadas quando se tenta contar tais unidades de produto ou medir mudanças em sua qualidade de modo a prover uma medida significativa e consistente de sua contribuição ao PNB total. Muitas respostas têm sido propostas, cada qual dando medidas significativamente diferentes de mudanças de produto e preço.”

“A consideração da qualidade está estreitamente interligada com a definição da unidade produzida ou comprada, isto é, com a unidade que entra na transação de mercado. Na literatura recente, muita atenção tem sido dada a estes problemas, referentes aos serviços de saúde. Com o objetivo de medir a produção, Griliches e Gilbert discutiram se o médico produz, ou o consumidor compra, uma visita ao consultório ou uma cura médica. Grandes ganhos no poder curativo e preventivo da medicina ocorreram e tem havido agudas mudanças nos preços. Griliches incorporaria os avanços da medicina na medida do produto. Gilbert excluiria a maioria deles já que eles não são mensuráveis e incluiria apenas as melhoras de qualidade que envolvem aumentos de custos. Ele sublinha que as unidades de produto deveriam ser as que são identificáveis e quantificáveis nas transações entre comprador e vendedor. Índices amplamente divergentes de produto e preço são obtidos caso se utilize a visão de Griliches, que dá importância à eficácia do tratamento médico ou caso se utilize a visão de Gilbert, que conta as visitas ao consultório do médico.”³⁶

De acordo com esta colocação, não se tem dúvida de que a medicina, por exemplo, é produtiva. Apenas não se sabe bem o que ela produz. Entre a atividade do médico ou dos trabalhadores médicos e as eventuais curas obtidas interpõem-se numerosos fatores exógenos ao processo, desde a resistência do organismo e a predisposição psíquica do paciente até fatores ambientais, como o grau de salubridade do meio, etc., etc. Se o “produto” do serviço médico é a própria atividade médica, isto é, seu esforço visível, então o resultado é um; se o “produto” é a cura — e neste caso cada vez que o doente morre o “produto” é zero — o resultado é outro. É fácil de ver que o mesmo tipo de questão pode ser levantado em relação a outros serviços. O que “produz” a polícia: prisões ou queda da criminalidade? E o sistema escolar “produz” aulas ou promoções? E a igreja “produz” missas ou conversões?

Se voltarmos agora à pergunta levantada anteriormente à pág. 112 — há ou não produção imaterial cujo resultado seja adequado a necessidades humanas? — podemos concluir apenas que Marx mostrou a extrema complexidade que ela

³⁶ MARIMONT, M. L., “Measuring Real Output for Industries Providing Services: OBE Concepts and Methods”, in Fuchs, V. R. (ed.), *Production and Productivity in the Service Industries*, Studies in Income and Wealth, N.º 34, National Bureau of Economic Research, Inc., N.Y., 1969, págs. 16 e 17.

envolve. Na verdade, o texto em que ele mais se dedicou ao problema — o 1.º volume das *Teorias sobre a Mais-valia* — está longe de ser um trabalho terminado, não passando da reunião de uma série de notas sobre autores que abordaram o tema. Sente-se que Marx estava lutando para se definir sobre o assunto, mas no conjunto geral ele deixou numerosas citações que tanto permitem uma resposta positiva como uma resposta negativa à questão.

Não há dúvida de que Marx considerava apenas produtivo o trabalho que, no capitalismo, produz mais-valia. Em muitas passagens ele afirma e reafirma que, para tanto, basta que o produtor trabalhe para um capitalista, não importando o conteúdo material da atividade. Nestas passagens, a cozinheira que trabalha num hotel e a cantora que trabalha para um empresário surgem quase sempre como exemplos de trabalho produtivo ainda que imaterial. No 1.º volume de *O Capital* (14.º capítulo), seu único texto acabado onde, ao que sabemos, ele tratou do tema, Marx dá como exemplo de trabalhador produtivo o mestre-escola “se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças mas também se esfalfa para enriquecer o empresário”.³⁷ Por aí poder-se-ia concluir que, no final de contas, Marx optou pela resposta positiva, definindo como produtivos os serviços organizados capitalisticamente. Não poucos autores marxistas sustentam esta opinião.

Parece claro, no entanto, pela análise do capital comercial e das atividades de circulação, que Marx faz no 2.º e 3.º volumes de *O Capital*, que nem todo trabalho explorado pelo capital produz mais-valia e portanto é produtivo. Assim, falando do assalariado pelo capital comercial, diz Marx: “O trabalhador comercial não produz diretamente mais-valia. Mas, o preço do seu trabalho é determinado pelo valor de sua força de trabalho, portanto pelos seus custos de produção, enquanto a utilização desta força de trabalho como esforço, exteriorização de atividade e desgaste de maneira nenhuma é limitada, da mesma forma que no caso de qualquer outro assalariado, pelo valor de sua força de trabalho. Seu salário não guarda, portanto, qualquer relação necessária com a massa de lucro que ele ajuda ao capitalista realizar. O que ele custa ao capitalista e o que ele lhe rende são magnitudes diferentes. Ele lhe rende não ao criar diretamente mais-valia, mas ao ajudar a diminuir os custos de realização da mais-valia, na medida em que ele executa trabalho em parte não pago”.³⁸

Não vem ao caso aqui retomar e aprofundar a análise da circulação. Basta registrar que, não havendo criação de valor na circulação (exceto no que se refere aos processos de produção que prosseguem na circulação), os trabalhadores assalariados que atuam nesta esfera, embora possam ser “produtivos” para o capital que os emprega, não o são para o capital como um todo nem para

³⁷ MARX, K., *Das Kapital*, Vol. I, pág. 534.

³⁸ MARX, K., *Das Kapital*, Vol. III, pág. 331.

a sociedade. Aqui aplica-se, portanto, o que chamamos de *critério geral* de Marx: só é produtivo o trabalho que produz valor, no caso aqui entendido como *valor de uso*. O trabalho comercial não é improdutivo porque não possa ser explorado — na verdade Marx sustenta, como se vê pela citação, que ele pode ser e o é — mas porque, em última análise, seu produto não satisfaz necessidade humana alguma, embora seja necessário *ao sistema*. É o que exprime Marx ao escrever: “Está na natureza da coisa, que um trabalho que só se compõe de operações de intermediação, que estão ligadas em parte ao cálculo dos valores, em parte à sua realização, em parte à retransformação do dinheiro realizado em meios de produção, cuja dimensão depende portanto do tamanho dos valores produzidos e a serem realizados, que tal trabalho não pode ser causa mas conseqüência respectivamente do tamanho e massa destes valores”.³⁹

Provavelmente a melhor maneira de demonstrar que, quando Marx se refere aqui a uma massa de valores ele está pensando em *valores de uso*, é referir à análise dos custos de transporte, *que ele considerava produtivos precisamente por afetarem o valor de uso das mercadorias*. Assim diz ele: “A lei geral é de que *todos os custos de circulação que provêm apenas da mudança de forma da mercadoria, não acrescentam valor a esta*. São apenas custos para a realização do valor ou para sua transposição de uma forma ou outra. . . A massa de produtos não se multiplica pelo transporte. . . Mas o valor de uso das coisas se realiza apenas no consumo e seu consumo pode tornar o seu deslocamento necessário, portanto o processo adicional de produção da indústria de transporte. O capital produtivo aplicado nesta acrescenta valor aos produtos transportados, parte por transferência de valor dos meios de transporte, parte por acréscimo de valor por meio do trabalho de transporte. Este último acréscimo de valor se divide, como em toda produção capitalista, em reposição do salário e mais-valia”.⁴⁰

Marx, portanto, não tem dúvida de que o trabalho de transporte é produtivo e o comercial, “que provêm apenas da mudança de forma da mercadoria”, não o é. No entanto, ambos são trabalhos subordinados ao capital, explorados por ele, satisfazendo pois plenamente a *condição específica*. O que diferencia o trabalho do transporte do comercial é que o primeiro afeta o valor de uso da mercadoria ao deslocá-la no espaço, permitindo que ela “se realize no consumo”, isto é, fazendo com que ela atenda necessidades humanas, ao passo que o segundo nada acrescenta ao valor de uso da mercadoria, portanto, nada pode acrescentar ao seu valor (inclusive ao valor de troca).

Temos que concluir, pois, que há serviços produtivos e serviços que não o são e que um trabalho só pode ser considerado produtivo, no sentido que

³⁹ MARX, K., *op. cit.*, pág. 331.

⁴⁰ MARX, K., *Das Kapital*, Vol. II, págs. 143/4. Sublinhado no original (P.S.).

Marx dá ao conceito, se ele satisfaz os *dois* critérios, isto é, se ele produz valor de uso e se ele produz mais-valia. Fica claro também que só o trabalho que produz valor de uso (critério geral) pode produzir mais-valia (critério específico), embora o contrário não seja verdadeiro: muitos trabalhos produzem valores de uso sem produzir mais-valia.

É preciso deixar explícita a distinção entre trabalhos que “produzem” mais-valia apenas para quem os emprega e trabalhos que produzem uma alíquota da mais-valia total. O primeiro tipo de trabalho é executado por assalariados que, sem contribuir para o volume global de mais-valia, permitem a quem os explora apoderar-se de uma parte desta mais-valia. O segundo tipo é o que produz mais-valia para o *capital em geral*, sem que esta mais-valia seja necessariamente apropriada pelo *capital específico* que emprega este trabalho. A distinção de Marx pressupõe não somente que haja trabalho produtivo e improdutivo mas também que haja *capital produtivo* e *capital improdutivo*. Quando se trata de trabalho assalariado, o seu caráter produtivo ou não pode ser dado pelo caráter produtivo ou não do capital que o explora.

Como vimos acima, os capitais que atuam exclusivamente na esfera da circulação, dedicados apenas a “operações de intermediação”, são, segundo Marx, improdutivos e o mesmo se dá com os trabalhadores que eles exploram. Podemos dizer o mesmo de todos os capitais empregados na produção imaterial? Obviamente não. A produção do transporte, assim como a do armazenamento e de outros processos de produção, que prosseguem na circulação, é irrecusavelmente imaterial, pois não se objetiva num bem mas num serviço. Nem por isso o capital empregado nesta atividade assim como o trabalho que o põe em movimento deixam de ser considerados produtivos por Marx. Estes casos, detidamente analisados em *O Capital*, no 6.º capítulo do 2.º volume, intitulado “Os Custos de Circulação”, e na 4.ª seção do 3.º volume, intitulada “Transformação do Capital-Mercadoria e Capital-Dinheiro em Capital Comercial e Capital Financeiro” (capítulos 16 a 20), não deixam lugar à dúvida de que estes serviços, por contribuírem à *realização do valor de uso*, produzem valor e portanto contribuem para a mais-valia *em geral*, ao passo que outros serviços que contribuem apenas para a realização da mais-valia já produzida e sua reconversão em meios de produção, não participam de produção de valor e portanto de mais-valia.

Não se pode pois aceitar nenhuma das duas interpretações mais freqüentes e opostas da visão de Marx: nem a de que só o trabalho que se objetiva em bens é produtivo, nem a de que qualquer trabalho, desde que assalariado pelo capital, seja produtivo.⁴¹ Na verdade, a única interpretação coerente do pensa-

⁴¹ Sustentam a primeira interpretação, entre outros: KOGA, E., “Problèmes théoriques de l’organisation des classes et du travail productif”, *Critiques de l’Economie Politique*, 10, 1973.

mento de Marx a este respeito é que, no conjunto da produção organizada capitalisticamente, só é produtivo o trabalho que contribui para a criação ou realização de valores de uso, ou seja, o *trabalho imaterial ou material* que satisfaz necessidades humanas. Sem uma análise detalhada de cada setor de atividade não é possível saber se o trabalho nele despendido é produtivo ou não. Como, na verdade, uma análise que desembocasse numa classificação meramente dicotômica seria de pequena significação, o que se faz necessário é relacionar cada setor de atividade com o conjunto da produção social, exatamente como Marx o fez com as atividades produtivas e improdutivas que se desenrolam na esfera da circulação, nos capítulos acima citados de *O Capital*.

2.4. *A visão marxista de produto necessário e excedente*

Na sociedade capitalista, o resultado de todo trabalho produtivo se reparte entre “produto necessário” e “excedente”. Considerando-se apenas o trabalho vivo expendido, o produto necessário corresponde ao capital variável, ou à soma de todos os salários pagos a trabalhadores produtivos e o excedente à mais-valia, apropriada, pelo menos num primeiro momento, pelos capitalistas produtivos, ou seja, pelos capitalistas que empregam trabalho produtivo. Se se considera, porém, não apenas o trabalho expendido no período de referência (um ano, por exemplo), mas todo o valor gerado, inclusive o que foi transferido dos estoques de matérias-primas e dos elementos do capital fixo aos produtos finais, então o produto necessário será a soma do capital variável e do valor transferido, que, na análise marxista, assume a forma de capital constante, continuando o excedente a corresponder à mais-valia. Produto necessário é, portanto, o trabalho necessário, realizado no período de referência, mais o trabalho passado, incorporado ao capital constante, que foi consumido produtivamente neste período.

TERRAY, E., “Proletaire, Salaire, Travailleur Productif”, *Contradictions*.

BÜLLOCK, P., “Defining Productive and Unproductive Labour for Capital”, *Conference of Socialist Economists Bulletin*, outono, 1974.

MANDEL, E., *Der Spätkapitalismus*, Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1972.

A segunda interpretação é sustentada, entre outros, por:

RUBIN, I. I., *Essays on Marx's Theory of Value*, Black and Red.

BEHRENS, F., *Produktive Arbeit und Technische Intelligenz*, S/d.

COLLIOT-THELENE, C., “Remarques sur le statut du travail productif dans la théorie marxiste”, *Critiques de l'Économie Politique*, 10, 1973.

GOUGH, I., “Marx's Theory of Productive and Unproductive Labour”, *New Left Review*, 70.

GOUGH, I., “On Productive and Unproductive Labour: a Reply”, *Conference of Socialist Economists Bulletin*, inverno, 1973.

O conceito de produto necessário de Marx é análogo, portanto, ao dos fisiocratas: trata-se da parcela do produto social que é *indispensável* para que a produção possa prosseguir pelo menos no nível corrente. Em outros termos: se a massa de trabalho produtivo alcançou no ano de referência um determinado resultado, que se consubstancia numa determinada quantidade de mercadorias, uma parte destas mercadorias tem que ser utilizada para que a mesma massa de trabalho produtivo possa alcançar idêntico resultado no ano seguinte. É importante observar que se trata de uma quantidade *mínima* de mercadorias, cuja disponibilidade é essencial ao prosseguimento da produção. O produto necessário não assegura por si apenas a manutenção do mesmo nível de produção ou, nos termos de Marx, a reprodução simples. Esta está sujeita a fatores aleatórios, que influem no resultado do esforço produtivo. No caso da agricultura, isto é fácil de reconhecer. Se com dadas condições meteorológicas, determinada quantidade de sementes e determinado gasto de trabalho resultam numa certa colheita, em condições meteorológicas piores, o mesmo volume de sementes e a mesma quantidade de trabalho proporcionarão uma colheita menor. O trabalho industrial também é afetado por fatores aleatórios, embora sua atuação nem sempre receba a mesma atenção que na agricultura. Tais fatores podem ser desde variações na taxa de acidentes de trabalho até epidemias que afetam a força de trabalho, greves, crises financeiras e (por que não?) crises políticas. O fato é que tais fatores são aleatórios, no sentido de que sua ação não pode ser prevista, mas não são fortuitos. Antes, pelo contrário, eles são contingências da economia capitalista, que por isso mesmo gera uma série de atividades, visando preveni-los, neutralizá-los ou compensá-los. Basta pensar na medicina preventiva e curativa, no seguro contra acidentes, nos sistemas de arbitragem de conflitos de trabalho ou no aparelho judiciário para se verificar que os fatores aleatórios que afetam a atividade produtiva em qualquer sociedade capitalista são suficientemente importantes para justificar ponderável gasto social tendo em vista minimizar seus efeitos.

É este gasto que Marx denominava “*faux frais*” da produção e que não está incluído no produto necessário. Os fatores aleatórios que requerem este tipo de gasto, improdutivo mas necessário, podem decorrer tanto do domínio ainda imperfeito do homem sobre as forças da natureza (uma agricultura irrigada está menos sujeita aos azares do tempo que uma não irrigada), como de contradições originadas por antagonismos próprios à sociedade de classes. Analisando a posição crítica de A. Smith face aos trabalhadores “superiores” (funcionários públicos, militares, artistas, clérigos, juizes, etc.), escreve Marx: “Na medida em que tais ‘trabalhadores improdutivos’ não criam utilidades e sua compra depende inteiramente do modo como o agente produtivo deseja gastar seu salário ou seu lucro — na medida em que eles se tornam ou fazem necessários muito mais devido a males físicos (como os médicos) ou a fraquezas do espírito (como os clérigos)

ou devido ao conflito de interesses privados e nacionais (como os servidores públicos, todos os 'lawyers', policiais, soldados) —, eles aparecem a A. Smith, como ao próprio capitalista industrial e à classe operária, como 'faux frais de production', que devem ser reduzidos ao mínimo e realizados o mais barato possível".⁴²

Não sendo produtivo, para Marx, o trabalho devotado a tais serviços, ele não gera valor e portanto seu resultado não faz parte do produto social. Conseqüentemente seu resultado tampouco pode fazer parte do produto necessário. Mas, nem por isso este trabalho é menos indispensável à reprodução simples, pois o resultado do trabalho produtivo depende em boa medida destas atividades improdutivas. É que o trabalho produtivo não se dá num vácuo institucional mas no quadro de relações capitalistas de produção, em boa parte antagônicas, que precisam ser reguladas, vigiadas, sancionadas, etc., sem o que ele não seria praticável. Não só da *existência* mas também da *eficiência* de tais serviços depende o resultado do trabalho produtivo. Isto é fácil de perceber no terreno econômico: a produção material, no capitalismo, depende da eficiência dos mecanismos de mercado e, portanto, da eficiência dos serviços de intermediação comercial, financeira, etc. Dentro das empresas, a administração da produção, na medida em que ela não contribui tecnicamente para o processo produtivo mas apenas visa elevar a taxa de mais-valia, é improdutiva em si mas de sua eficiência depende, em boa medida, a produtividade do trabalho produtivo. Assim, p. ex., são bastante acentuados os efeitos de diferentes formas de remuneração — salário por hora, salário por peça, etc. — sobre a produtividade do trabalho. Já no terreno político-institucional, a relação entre tais serviços e a produção é menos clara, mas parece não haver dúvida de que a eficiência do sistema de dirimir conflitos tem influência significativa sobre a produtividade e portanto sobre o resultado do trabalho produtivo. O mesmo, naturalmente, pode ser dito da medicina, do serviço social, etc., etc.

Conclui-se, portanto, que no capitalismo o produto necessário é de fato necessário, mas não suficiente para assegurar a continuidade do processo produtivo. Para que esta continuidade seja realmente assegurada, é preciso que uma parte do excedente seja utilizada para manter serviços que, embora improdutivos, são condições necessárias ao processo produtivo. Este fato decorre da circunstância de que estes serviços "consumem" direta e indiretamente valores de uso que fazem parte do produto social, isto é, que são resultado do trabalho produtivo. Trata-se, em última análise, de algo que pode ser considerado *consumo improdutivo porém necessário*. Este problema foi claramente percebido por Bettelheim, que distingue entre "excedente econômico corrente" e "excedente corrente disponível para o desenvolvimento". O primeiro corresponde ao conceito de Marx, sendo igual à diferença entre o produto social bruto e a soma do con-

⁴² MARX, K., *Theorien über den Mehrwert*, Vol. I, pág. 138.

sumo dos produtores (capital variável) e a reposição (capital constante consumido produtivamente). “O excedente corrente disponível para o desenvolvimento pode ser calculado deduzindo-se do excedente econômico corrente o que chamo de ‘despesas sociais gerais’, isto é, as despesas que estão ligadas ao funcionamento da sociedade nas mesmas condições e no mesmo nível que anteriormente”.⁴³ Bettelheim define a seguir o “consumo necessário à reprodução simples”, que é a soma do consumo dos produtores e as despesas sociais gerais necessárias.

A idéia, implícita em Marx e explicitada por Bettelheim, de que nem todo o excedente é “disponível” levanta naturalmente a suspeita de que é necessário analisar o excedente sob o ponto de vista de suas várias utilizações para se apreender seu significado. Assim, o ponto de partida é que o excedente pode servir às seguintes finalidades: a) prestação de serviços improdutivos porém necessários (os “faux frais” da produção); b) consumo supérfluo ou de luxo das camadas de altas rendas e c) acumulação de capital produtivo. Dado que é só através de acumulação de capital produtivo que a massa de trabalho produtivo pode ser expandida e sua produtividade eventualmente aumentada, o crescimento do produto social e, portanto, do próprio excedente parece depender, à primeira vista, da proporção do excedente que é de fato utilizada para a acumulação. Em outras palavras, quanto menor for o custo dos “faux frais” e o consumo supérfluo, tanto maior poderá ser o excedente efetivamente acumulado e tanto maior será o crescimento do produto. Esta conclusão, no entanto, tem que ser “qualificada”, no sentido inglês do termo: como a produtividade do trabalho produtivo também depende dos “faux frais”, a expansão de certos serviços improdutivos poderá resultar numa expansão *maior* do produto do que se os mesmos recursos fossem dedicados à acumulação.

Este fato, que revela a complexidade das relações entre excedente e crescimento do produto, se torna mais claro quando se analisa o caráter econômico do trabalho de investigação e desenvolvimento de novas técnicas de produção. O resultado deste trabalho é “aleatório” no sentido de que não há qualquer relação de proporcionalidade entre o esforço despendido e os “ganhos econômicos” decorrentes. Isto é óbvio quando se trata de trabalho científico relativamente “puro”, mas não deixa de ser verdade mesmo quando a atividade se orienta a um fim econômico preciso. Desenvolver um novo processo de produção ou criar um novo produto requer um gasto de tempo de trabalho social que não pode ser “previsto”, de modo que não é possível aplicar a estas atividades o cálculo econômico usual que preside as decisões de produção dos demais valores de uso. Esta é a razão por que, a não ser excepcionalmente,

⁴³ BETTELHEIM, C., *Planificação e Crescimento Acelerado*, Zahar Editores, Rio, 1968, pág. 130.

o resultado do trabalho de pesquisa e desenvolvimento tecnológico não assume a forma de mercadoria. Conseqüentemente, a “economia da invenção” não pode seguir as regras do mercado, sendo por isso em geral conduzida pelo Estado ou então por monopólios, que exploram inovações técnicas sob a proteção de patentes. O trabalho tecnológico é, por tudo isso, um dos “faux frais” da produção sendo, no sentido de Marx, estritamente improdutivo, mesmo quando realizado no seio de empresas capitalistas. (A renda de uma patente tem a mesma natureza da renda da terra: é uma renda de monopólio, que não guarda qualquer relação necessária com o capital investido na atividade inventiva, não sendo, pois, regulada por uma taxa de lucro.)

A importância deste tipo de serviço “improdutivo porém necessário” para o aumento da produção e da produtividade é hoje inegável. Mas, além desse, há outros serviços improdutivos com sentido análogo, cujos custos, segundo Bettelheim, constituem as “despesas de desenvolvimento”, que são “destinadas à pesquisa científica e técnica e ao aumento (do número) de engenheiros, técnicos, operários qualificados, pessoas que sabem ler e escrever, etc.”,⁴⁴ além do “fundo de investimentos improdutivos novos que servem ao desenvolvimento”, onde “são incluídos os investimentos em escolas, universidades, assim como certos investimentos em habitação, hospitais, etc. que contribuem para o aumento das capacidades disponíveis no nível dos serviços de educação, de pesquisa, de habitação, de saúde pública, etc., isso na medida em que esses investimentos podem contribuir para o aumento posterior da produção”.⁴⁵

Neste sentido, a idéia de Marx de que os “faux frais” constituem basicamente uma espécie de ônus para o capital simplifica demais o papel que estes serviços desempenham no seio do sistema. Na verdade, a categoria dos “faux frais” é demasiado ampla, incluindo atividades com significados bastante heterogêneos, apesar de que inegavelmente seu sustento constitui sempre uma dedução do lucro. Assim, um primeiro passo para a análise dos “serviços improdutivos porém necessários” talvez seja distinguir os que servem à produção diretamente (como os acima exemplificados) dos que satisfazem necessidades oriundas do caráter de classe do sistema. Parece claro que a expansão do primeiro tipo de serviço contribui, algumas vezes, tanto ou mais que a acumulação de capital para o crescimento da produção e do próprio excedente, ao passo que a expansão do segundo tipo — os serviços chamados ideológicos, os de segurança, etc. — somente absorve recursos do excedente sem que seu resultado afete (pelo menos de modo “necessário”) a marcha de produção.

⁴⁴ BETTELHEIM, C., *op. cit.*, pág. 133.

⁴⁵ BETTELHEIM, C., *op. cit.*, pág. 131.